Faculdade de Saúde Pública da USP: da Higiene dos Lugares de Trabalho à Saúde do Trabalhador

Rodolpho Repullo Junior*

RESUMO

Foram estudadas as transformações ocorridas na Faculdade de Saúde Pública da USP (Universidade de São Paulo), nos campos do ensino, pesquisa e extensão de serviços à comunidade, com a evolução histórica da intervenção no processo saúde-doença no trabalho. Foi analisada a produção acadêmica e didática da Área de Saúde do Trabalhador do Departamento de Saúde Ambiental e entrevistados docentes e os dados foram cotejados com a evolução de conceitos e práticas da Medicina do Trabalho à Saúde do Trabalhador. Conduziu-se que as sucessivas gerações de professores e pesquisadores da instituição trouxeram para a sua prática os reflexos do que acontecia no mundo do trabalho, acompanhando e influenciando nos rumos da Medicina do Trabalho, da Saúde Ocupacional e da Saúde do Trabalhador no Brasil.

Palavras-chave: Saúde Ocupacional; Medicina Ocupacional; História da Medicina; Educação/Tendências.

INTRODUÇÃO

O Instituto de Higiene foi fundado em 1918 para discutir, propagar e implementar novas concepções sobre higiene, saúde, trabalho e educação, originando do movimento da cadeira de Higiene oferecida aos alunos do quinto ano da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, a qual havia sido fundada em 1913.

Desde o início das atividades do Instituto, grande importância foi dada à cadeira de Higiene do Trabalho, regida pelo Prof. Benjamim Alves Ribeiro, que entre 1931 e 1933 realizou o curso de Saúde Pública na Universidade Johns Hopkins.

Segundo Vasconcelos, a Cadeira de Higiene do Trabalho “cuidava de estudar não apenas em laboratórios, mas também nas fábricas, as condições de vida e trabalho dos operários, as doenças ocupacionais, os ritmos de trabalho, os acidentes, a higiene dos edifícios e outras questões próprias ao mundo do trabalho”. Os estudos eram baseados na engenharia sanitária dos lugares de trabalho, mas também buscavam definir a existência de doenças profissionais e os efeitos na saúde de produtos e equipamentos utilizados nos processos industriais.

Em 1931, o instituto foi transformado em Escola de Higiene e Saúde Pública e, em 1945, conquistou a autonomia como Faculdade de Higiene e Saúde Pública.

No Departamento de Saúde Ambiental, foi criado o Setor de Saúde Ocupacional, mais tarde denominado Área de Saúde do Trabalhador, que estendeu de forma especial sua influência como centro irradiador do conhecimento através de cursos de especialização e, principalmente, de pós-graduação, nos níveis de mestrado e doutorado. Mendes & Dias explicam que, na metade do século XX, intensificaram-se o ensino e a pesquisa dos problemas de Saúde Ocupacional nas escolas de Saúde Pública – principalmente nos Esta-

* Médico, especialista em Medicina do Trabalho, Ortopedia e Traumatologia; Mestre e Doutor em Saúde Pública – Área de Concentração em Saúde Ambiental pela Universidade de São Paulo. Serviço de Saúde Ocupacional, Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP Rua Teodoró Sampaio, 115, São Paulo, SP. Cep.: 05.405-000. Telefax: (11) 3085-2511. E-mail: repullo@usp.br.

Rev. Bras. Med. Trab., Belo Horizonte • Vol. 2 • N° 4 • p. 283-289 • out-dez • 2004 • 283

A Medicina do Trabalho surgiu na Inglaterra na primeira metade do século XIX, com a Revolução Industrial. A experiência expandida-se para outros países e, em 1959, a OIT (Organização Internacional do Trabalho) aprovou a Recomendação 112, com o nome “Serviços de Medicina do Trabalho nos lugares de emprego”.

Do conceito de serviço de Medicina do Trabalho formulado pela OIT podem ser extraídas algumas características da Medicina do Trabalho:

• constitui fundamentalmente uma atividade médica e é praticada no local de trabalho;
• cuida da adaptação física e mental dos trabalhadores contribuindo para a sua colocação em lugares e tarefas correspondentes às suas aptidões, além de adequar o trabalho ao trabalhador através de seleções de candidatos a emprego e atividades educativas;
• contribui para o estabelecimento e a manutenção do nível mais elevado possível de bem-estar físico e mental dos trabalhadores.

Outra característica da Medicina do Trabalho é que, na sua prática, atua-se sobre o indivíduo, privilegiando o diagnóstico e o tratamento dos problemas de natureza marcadamente orgânica, com uma visão empirista e positivista trazida da clínica, cabendo pouco espaço para a subjetividade e a percepção do trabalhador, que é tomado como paciente e objeto da ação técnica.

A Saúde Ocupacional surge, sobretudo, dentro das grandes empresas com o traço da multi e interdisciplinaridade e a ênfase na higiene industrial, o que relata a origem histórica dos serviços médicos e o lugar destacado da indústria nos países industrializados.

A Saúde Ocupacional tem como ferramentas fundamentais os limites de tolerância e os limites biológicos de exposição a agentes e fatores de risco, com base na Higiene Industrial e da Toxicologia, que são seus instrumentos na estratégia de intervenção sobre a realidade do trabalho, que se resume em adaptar/adequar o ambiente e as condições de trabalho dentro dos parâmetros preconizados para a média dos trabalhadores considerados normais em termos de suscetibilidade individual a tais agentes e fatores de risco.

Na fundamentação teórica da Saúde do Trabalhador, contribuíram a teoria da determinação social do processo saúde-doença e os trabalhos de autores filiados à Medicina Social Latino-americana, que incorporaram ao conceito de trabalho o de processo de trabalho, no qual o foco não se restringe à sua concepção ambiental, constituída de vários fatores/agentes de risco e externa ao trabalhador, mas como uma categoria explicativa que se inscreveria nas relações sociais de produção existentes entre o capital e o trabalho.

A Saúde do Trabalhador pressupõe a participação dos trabalhadores no planejamento, no controle e na avaliação das ações de saúde, o acesso às informações obtidas a partir do atendimento, o ato de privilegiar a percepção do trabalhador como dono de um saber, como sujeito inserido no processo de produção e a compreensão de que o processo de trabalho traz danos à saúde que ultrapassam o horizonte dos riscos físicos, químicos e biológicos, percebendo outras determinações para o sofrimento, o mal-estar e a doença, vinculando-as às relações sociais que se estabelecem no processo produtivo.

As respostas oferecidas pela Medicina do Trabalho e pela Saúde Ocupacional aos problemas de saúde enfrentados pelos trabalhadores se tornaram inadequadas, sendo desacreditadas e denunciadas pelos sindicatos. A ampliação da participação dos trabalhadores nas questões de saúde, nos fóruns interinstitucionais e locais de trabalho, levou ao desenvolvimento de um modo de atuação sindical bem determinado, que inclui a formação e informação dos trabalhadores sobre o impacto do trabalho no processo saúde-doença, buscando-se o fortalecimento das suas representações nas negociações para obter melhores condições de trabalho.

O presente trabalho foi realizado com o objetivo de estudar as transformações ocorridas na Faculdade de Saúde Pública da USP-FSP – e em especial no Departamento de Saúde Ambiental, nos campos de ensino e de pesquisa, com a evolução histórica da intervenção no processo saúde-doença-trabalho.

**METODOLOGIA**

Foram entrevistados quatro docentes da Área de Saúde do Trabalhador da FSP. Em seguida, realizou-se a análise do material coletado para a redação final do texto. As informações obtidas nas entrevistas foram tri-anguladas entre si e com produções acadêmicas dos entrevistados e de outros componentes do Departamento de Saúde Ambiental da FSP, tanto atuais como antigos, bem como com textos produzidos por outros pesquisadores.

**RESULTADOS**

Um dos entrevistados narra o início da atuação em saúde-trabalho no Instituto de Higiene:

Depois de estar em Johns Hopkins, Benjamin Alves Ribeiro foi para a Europa e visitou os centros de Fisiologia do Trabalho e trouxe um equipamen-
to de Fisiologia que é a coisa mais fantástica que existiu. Quando voltou ao Brasil, o Prof. Ribeiro começou a fazer fundamentalmente o estudo de Fisiologia do Trabalho. Ele trabalhou muito metabolismo basal; ainda tem ali (nas dependências da Faculdade) os restos de equipamentos. E foi, progressivamente, entrando na área de trabalhadores, começando, então, a fazer Higiene do Trabalho. Ele fez uma série de roteiros de aula, que na realidade eram os primeiros de todos os antecessores de qualquer publicação a respeito.

Nas publicações denominadas Boletins do Instituto de Higiene e que foram publicadas a partir de 1919, o Prof. Benjamim Alves Ribeiro publicou, entre outros:

- Modificação do poder coagulante do soro sangüíneo no decurso da febre tifoide (1928);
- Princípios da alimentação do homem normal (1938);
- Ação da adrenalina sobre o quociente respiratório (1941);
- A prova do álcool nos aparelhos de metabolismo (1942);
- Organização e funcionamento de um serviço médico industrial (1943).

Nos Arquivos da Faculdade de Higiene e Saúde Pública da Universidade de São Paulo, a partir de 1947, publicou, entre outros:

- Determinação semiquantitativa de coproporfirina urinária (em co-autoria com Herbert M. A Stettiner, 1958);
- Exposição ao sulfeto de carbono e sulfeto de hidrogênio na fabricação do raiom pelo processo da viscosa, no Estado de São Paulo (em co-autoria com Bernardo Bedrikow, Herbert M. A. Stettiner e Maria Iñez Lambert, 1959);
- Sobre a ocorrência de sílica em função da exposição à poeira de sílica livre: método de investigação e exemplo de aplicação prática (em co-autoria com Diogo Pupo Nogueira, Silas Fonseca Redondo, Herbert M. A. Stettiner e Diôgenes Carkin, 1965).

Também incluiu o capítulo "Das intoxicações profissionais e sua prevenção" no livro Curso de Medicina Social, de 1955.

Percebe-se a passagem da produção dos estudos de fisiologia humana para a área de Higiene do Trabalho, que em verdade se constituía na Medicina do Trabalho, como esclarece um dos entrevistados:


Ainda na década de 1920, o Instituto de Higiene se associou a agências sociais fundadas nos princípios tayloristas, que se lançaram à organização científica do trabalho, à preparação do trabalhador, pautados pela ciência e pela razão. Professores do instituto, entre eles Benjamim Alves Ribeiro, intensificaram a aplicação de seus conhecimentos à adaptação psicofísica do homem à máquina, a fim de aumentar o rendimento do trabalho, diminuir o cansaço, o perigo de acidentes e retirar do fator humano o máximo proveito com o mínimo esforço.

Em meados da década de 1950, encontravam-se vinculados à Cadeira de Higiene do Trabalho da Faculdade de Higiene e Saúde Pública da USP, além do Prof. Alves Ribeiro, o químico alemão Herbert Stettiner, que havia sido trazido ao Brasil pela USP no início das atividades da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, e os médicos do trabalho Diogo Pupo Nogueira e Bernardo Bedrikow, o qual saiu em 1958 e deu lugar ao engenheiro Silas Fonseca Redondo. Assim é descrita a atuação docente na época, em uma das entrevistas:

O Dr. Ribeiro teve uma ideia. Ele dividiu 'Aspectos Médicos da Higiene do Trabalho' que ficou com o Prof. Diogo e 'Ventilação Industrial' que ficou com o Prof. Silas. Quando leu essa divisão surgiu a idéia de dividir a turma em duas, médicos de um lado e engenheiros do outro. Os engenheiros tinham aula com o Prof. Silas e os médicos tinham aula com o Prof. Diogo. Eram os cursos livres de medicina e de engenharia do trabalho. Aí então, um grande número de pessoas que trabalhavam em empresas vinha para cá, por livre e espontânea vontade dos empregadores, porque não era obrigação legal.

O ensino na Faculdade de Saúde Pública, nessa época, era voltado exclusivamente para médicos e engenheiros de empresa, não havendo participação de outras categorias profissionais e de outros serviços, conforme o relato dos entrevistados.

As dissertações de mestrado e teses de doutorado nessa época eram voltadas para a Medicina do Trabalho e atuação em empresas, a exemplo dos seguintes temas, abordados entre 1968 e 1975:

- Serviços Médicos de Empresas em São Paulo;
- Absenteísmo;
- Chumbo: coproporfirina urinária;
- Acidentes do trabalho em pequenas empresas.
A Reforma Universitária de 1970 fez com que a Saúde Ocupacional fosse anexada ao Departamento de Saúde Ambiental. Logo após, o Prof. Benjamim Alves Ribeiro aposentou-se e o Prof. Diogo Pupo Nagui é assumiu a coordenação do Setor de Saúde Ocupacional. Em 1972, o médico do trabalho Jorge da Rocha Gomes e o farmacêutico-bioquímico Sérgio Colacioppi foram convidados para integrar a equipe de docentes.

A criação da Fundacento (Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho) veio trazer novas atividades ao Setor de Saúde Ocupacional, como conta um dos entrevistados:

Estabelecemos entre a Faculdade e a Fundacento um relacionamento muito bom, sendo o Superintendente da época bastante útil para nós, porque convocou os equipamentos quebrados que tinhamos para as aulas, ajudou nas pesquisas, mandou sangue para Israel para fazer exame, tudo por conta da Fundacento. Em 1972 apareceu aqui um médico do Ministério do Trabalho que trazia a proposta de uma coisa nova. Nós quase caímos das nuvens quando ele mostrou como e que era o tal serviço especializado. Em 1972, a Portaria 3.237 foi baixada e precisavam ser realizados os cursos e o Ministério do Trabalho encarregou a Fundacento. Fizemos, então, o primeiro curso aqui, porque a Lei estava lá. Daí a lei, dois anos para dar início às atividades. Tinhamos que formar uma empresa de médicos e o único curso que existia era aqui. Em 1973 já estávamos com o curso de médico e de engenheiro.

Foram realizados cursos de Medicina do Trabalho em todo o Brasil, com os professores da FSP e da Fundacento, além de outros. Foi produzida a apostila Curso de Medicina do Trabalho, com a contribuição de diversos especialistas, que passou a ser adotada nos cursos realizados em todo o país. A apostila do Curso de Medicina do Trabalho tem seis volumes, com mais de 1.500 páginas. Trata-se de uma abrangência de disciplinas, temas e especialidades que procura dar conta de todas as interfaces da Medicina do Trabalho. Tal empreitada hegemonizou todo o território nacional e onde quer que se ministrassem cursos de Medicina do Trabalho no país, lá estava a mensagem da Faculdade de Saúde Pública.

Os cursos de Medicina do Trabalho foram ministrados até 1977, após o que passaram a ser de responsabilidade direta da Fundacento e entidades credenciadas.

Os cursos de Medicina do Trabalho formaram centenas de médicos do trabalho. Até 31 de dezembro de 1975, data em que os serviços deveriam efetivamente ser implantados, formaram-se, em São Paulo, 2.712 médicos do trabalho e 2.895 engenheiros de segurança do trabalho, de uma necessidade estimada de 2.310 profissionais de cada área.

Nessa época, portanto, a grande ênfase no ensino, como também na pesquisa da temática saúde-trabalho, na FSP, era para a Medicina do Trabalho e Engenharia do Trabalho, voltada para a atuação nos Serviços Especializados em Segurança e Medicina do Trabalho.

Os entrevistados relatam que a ênfase em Medicina do Trabalho da década de 1970 foi sendo progressivamente dirigida para outros campos da relação saúde e trabalho, principalmente Higiene Ocupacional e Ergonomia, que vão compor o Setor de Saúde Ocupacional na FSP. Esse redirecionamento pode ser também observado nos títulos de algumas dissertações e teses apresentadas por alunos na década de 1980, onde já se verifica o início de um processo de desqualificação do enfoque médico da relação trabalho-saúde:

- Turnos: aspectos médicos, sociais e econômicos;
- Higiene e segurança em esgotos;
- Fumos de solda;
- Higiene ocupacional em frigoríficos;
- Enfermagem do trabalho: condições de trabalho.

Também foi percebido pelos entrevistados que os alunos da década de 1980 tinham formação e experiência profissional diferente dos alunos das décadas anteriores. Os novos alunos eram enfermeiros, psicólogos, biólogos, fon [{data: 286} • Rev. Bras. Med. Trab., Belo Horizonte • Vol. 2 • N° 4 • p. 283-289 • out-dez • 2004]
pelos professores Frida Marina Fischer, Jorge da Rocha Gomes e Sérgio Colacioppo teve o título Tópicos de Saúde do Trabalhador. As disciplinas oferecidas pelo Setor também passaram a se denominar Saúde do Trabalhador: Trabalho em Tumores e Noturno, Saúde do Trabalhador: Ensino, Pesquisa e Políticos, entre outras. 

Eis o relato sobre essa etapa de evolução para a Saúde do Trabalhador:

Quando eu entrei aqui em 1980, o que tinha no Departamento era exclusivamente Medicina do Trabalho, voltada predominantemente para o médico que trabalha em empresa. Isso foi lentamente mudando, com a participação dos sindicatos. Quando o OIT e a OMS redefiniram a Saúde Ocupacional e passaram a chamar de Saúde do Trabalhador, houve uma iniciativa muito boa, por parte do Prof. Jorge da Rocha Gomes, que se esforçou tremendamente e abriu o Departamento para a área de Saúde do Trabalhador, com uma grande participação dele em reuniões com sindicatos, em reuniões com o Ministério do Trabalho, em reuniões com a Secretaria de Saúde. Quer dizer, o Departamento passou a ter suas atividades voltadas para o serviço público e não para o serviço de empresas. No começo da década de 1980, o que imperava era a Medicina do Trabalho e a Ergonomia do Trabalho bem tradicional, de empresa e já no final da década de 1990, o que estava bem prevalecer era a Saúde do Trabalhador.

Na extensão de serviços à comunidade, diversas atividades dos docentes e pesquisadores do Setor de Saúde Ocupacional foram destinadas aos sindicatos e serviços públicos de saúde, como Sindicato dos Químicos do ABC, DIESAT (Departamento Intersindical de Estudos de Saúde e dos Ambientes de Trabalho), Sindicato dos Ferroviários, Sindicato de Servidores Públicos Municipais, Associação de Aeronautas, Federação dos Bancários, Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, programas de saúde do trabalhador do Grande ABC e secretarias municipais de saúde.

Os alunos de pós-graduação da FSP na área de Saúde e Trabalho, no final da década de 1980 e início dos anos 1990, possuíam experiência de atuação em sindicatos e programas de saúde do trabalhador. Essa modificação no perfil dos alunos é abordada pelos entrevistados:

Começou a vir uma série de alunos de pós-graduação do setor de serviços, dos centros de referência. Somando isso com a atuação do Prof. Jorge, houve uma guinada, o departamento se abriu não só nas características dos trabalhos que os alunos de pós-graduação realizaram, mas também nos tipos de profissionais que vieram aqui se aprimorar. Passamos gradualmente a ter todos os outros tipos de profissionais. Tanto que nós temos teses que são absolutamente tradicionais, do campo próprio da Medicina do Trabalho de 20 anos atrás, como hoje teses da área de Saúde do Trabalhador.

Lacaz analisou a produção científica da Faculdade de Saúde Pública da USP no campo das relações entre trabalho e saúde e concluiu:

Quando se iniciou o estudo da produção acadêmica de dissertações e teses no campo das relações entre saúde e trabalho, houve uma hipótese de que na FSP, em comparação com os departamentos de Medicina Preventiva e Social (DMPS) das faculdades de medicina, estaria acontecendo a elaboração de estudos mais tradicionais na forma de abordagem daquelas relações. De fato, analisando-se a trajetória, pode-se assumir que aquilo que norteia os estudos na FSP parte da Higiene do Trabalho, passando pela Medicina do Trabalho e a Saúde Ocupacional, até chegar na presente década em temáticas e abordagens teórico-metodológicas que colocam questões novas, sob ecológicos olhares, como a de Ergonomia, por exemplo, que permite considerar uma superação dos estreitos limites iniciais.

Ao lado disso, a influência de autores ligados à Medicina Social Latino-americana, à Psicopatologia do Trabalho, à Ergonomia também permite sugerir que a velha instituição renova-se e, dado o caráter multiprofissional de seus alunos, produz pesquisas que vislumbram horizontes não delineados no espaço dos DMPS.

Se questões como as novas formas de gestão da produção e da força-de-trabalho; as atividades do trabalho automatizado, computadorizado, altamente qualificado; a temática da organização do trabalho olhada pelo viés do trabalho em turnos representam inquietações hodiernas e desafiadoras, apesar da tendência a uma reprodução da produção acadêmica, traduzindo um certo colonialismo científico, é alvissareiro observar que ares exigenos envolvem os pulmões do antigo Instituto de Higiene. Tal oxigenação talvez obrigue a uma revisão do olhar que até então atribuía um caráter marcadamente tradicional às pesquisas e ao ensino que emanavam da FSP, no campo da Saúde e Trabalho.

**CONCLUSÃO**

Completam-se mais de 80 anos de intervenção acadêmica nas relações entre saúde e trabalho, inicialmente pelo Instituto de Higiene e posteriormente pela Escola e depois Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.
A intervenção nas décadas de 1920 e 1930 voltava-se para a Fisiologia do Trabalho e, apoiada nos princípios tayloristas, buscava a adaptação do homem à máquina, buscando aumentar o rendimento do trabalho e retirar do fator humano o máximo proveito. Depois, a Higiene do Trabalho, em verdade Medicina do Trabalho, começou a ser praticada e as preocupações com as manifestações da agressividade do ambiente de trabalho no homem foram a tônica da atuação da Instituição nas três décadas seguintes.

A partir da década de 1970, a faculdade voltou-se à formação dos recursos humanos para os serviços médicos de empresa e para a constituição da prática de Saúde Ocupacional nas indústrias. Com as modificações sociais e políticas ocorridas no Brasil a partir da década de 1980, o surgimento do novo sindicalismo, o desencadeamento de ações programáticas em saúde e trabalho na rede pública de saúde e o desenvolvimento do conceito de Saúde do Trabalhador como campo da Saúde Pública, a FSP introduziu novas abordagens sobre o tema, desenvolveu trabalhos acadêmicos de assessoria ao movimento sindical e ao serviço público de saúde e criou conhecimento científico sobre o processo de trabalho e as relações sociais de produção, formando profissionais e docentes para essa nova atuação.

Essa cronologia aponta que os professores e pesquisadores da FSP acompanham e contribuíram com o ensino, a pesquisa e a extensão de serviços à comunidade, para a evolução dos conceitos da Fisiologia do Trabalho para a Medicina do Trabalho, depois para a Saúde Ocupacional e Saúde do Trabalhador, à medida que as transformações políticas, econômicas e sociais ocorriam. Foram modificados currículos, montados e desmontados laboratórios, criados livros e aulas e elaborados novos conhecimentos, acompanando o processo de mudança no setor.

A abordagem da relação saúde-trabalho na FSP foi, por um longo período, positiva, como reflexo da formação clínica de seus professores e das influências zidas pelas escolas americanas. O modelo de intervenção que era ensinado valorizava o saber técnico dos profissionais, cabendo ao trabalhador o papel de receptor passivo das ações de saúde. A vinculação dos docentes de Saúde Ocupacional da FSP com as empresas leu com que o desenvolvimento das pesquisas e do ensino, como também da extensão de serviços, estivesse sempre voltado para a reprodução e desenvolvimento da prática do modelo hegemônico de atuação.

É nos anos 1980, com o desenvolvimento da Saúde do Trabalhador, que se inicia no Setor de Saúde Ocupacional uma atuação que busca o relacionamento com o movimento sindical e com os serviços públicos de saúde, o que atraiu alunos de nova origem, fazendo com que novos conhecimentos nessa linha de abordagem fossem sendo criados e desenvolvidos.

As três gerações de professores e pesquisadores da Faculdade de Saúde Pública da USP que tiveram e têm como preocupação as relações entre a Saúde e o Trabalho refletiram o que acontecia na sociedade, acompanhando e influenciando nos rumos da Medicina do Trabalho, da Saúde Ocupacional e da Saúde do Trabalhador no Brasil.

Novos desafios para a área de Saúde do Trabalhador se apresentam na atualidade. Como integrar as ações de Saúde do Trabalhador, hoje restritas a uma espécie de gueto nas demais práticas sanitárias? Como manter as novas doenças relacionadas ao trabalho? Como aprimorar a vigilância em Saúde do Trabalhador e a intervenção sindical para a negociação das condições e ambientes de trabalho? Como atuar na era da globalização, das novas tecnologias, da ameaça da perda do emprego, do advento de novas (e cada vez mais precárias) relações de trabalho?

HOMENAGEM
Este trabalho é uma homenagem ao Prof. Dr. Jorge da Rocha Comes.

SUMMARY

USP Public Health Faculty: From the Working Environment Hygiene to Worker’s Health

The survey intended to study the changes occurred at University of São Paulo’s Faculty of Public Health, in the fields of teaching, researching, and community services, following the historic evolution of the intervention on health-disease process at work. The academic and didactic productions in the worker’s Health Area, in the Department of Environmental Health, were analyzed and the teachers were interviewed. The data was compared with the Occupational Medicine evolution of concepts and practices towards the worker’s health. It came to the conclusion that the consecutive generations of this Institution’s teachers and researchers put into their daily practice the reflexes of what was happening in the Labor World, following and influencing the course of the Occupational Medicine, the Occupational Health and Worker’s Health evolution in Brazil.

Key Words: Occupational Health; Occupational Medicine; History of Medicine; Education/Trends.
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS


